



REUNIÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Ata de Reunião

18-05-2026

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 9h30, na sala nº 310, situada no 3º andar do Anexo II do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI, para tratar dos assuntos da mencionada Comissão, sob a presidência do Desembargador Rilton Góes Ribeiro. Estiveram presentes, na modalidade presencial, o Desembargador Rilton Góes Ribeiro; as Juízas de Direito Lívia de Melo Barbosa e Maria do Rosário Passos da Silva Calixto; e os servidores Jorge Medrado Júnior, Leonice Santos Salgado, Bruno Bellas Prado, João Eudes Alves Ferreira, Diva Maria de Jesus Roxinho, Maíra Dantas Fernandes, Ítala Chaves Sampaio Limongi, Larissa da Silva Smeraldi e Rita de Cássia Casaes Araújo. **Discussão dos Pontos de Pauta:**

Demandas de Adequação no Prédio Sede: foram discutidos os encaminhamentos relativos às adequações de acessibilidade no prédio sede do Tribunal, permanecendo em andamento os procedimentos técnicos e administrativos relacionados às vagas especiais de estacionamento, demarcação de espaços acessíveis nas salas de sessão, rampa de acesso ao púlpito, elevador de acesso ao plenário e rampa de acesso ao estacionamento dos Desembargadores. Registrou-se a necessidade de acompanhamento contínuo das medidas estruturais e administrativas voltadas à promoção da acessibilidade no edifício sede. **Evento em Parceria com a APAE – 35 Anos da Lei de Cotas:** foi tratada a organização do evento alusivo aos 35 anos da Lei de Cotas, previsto para o dia 24 de julho de 2026, em parceria com a APAE, permanecendo em andamento as tratativas administrativas relacionadas à definição orçamentária e à viabilidade de contratação de apresentações culturais realizadas por pessoas com deficiência. Destacou-se a importância institucional do evento e a necessidade de continuidade das providências administrativas necessárias à sua realização. **Política de Combate à Discriminação Contra a Pessoa com Deficiência:** foi discutida a continuidade da elaboração da política institucional de combate à discriminação contra a pessoa com deficiência, permanecendo pendente reunião técnica com representantes da SEGESP para alinhamento das diretrizes e definição dos encaminhamentos necessários à consolidação da proposta normativa. **Curso de Acessibilidade Digital:** foi informado que o processo relacionado ao curso de acessibilidade digital permanece em andamento, aguardando complementação de propostas orçamentárias e tratativas com profissionais especializados. Ressaltou-se a



relevância da capacitação continuada voltada à acessibilidade digital no âmbito institucional. **Inclusão de QR Code nas Placas Acessíveis:** registrou-se que a implementação de QR Code nas placas acessíveis permanece vinculada ao acompanhamento do respectivo processo administrativo, permanecendo em análise os aspectos técnicos e operacionais relacionados à execução da medida. **Diligências Institucionais:** reiterou-se que os representantes titulares das unidades integrantes da Comissão deverão acompanhar diretamente as diligências e demandas relacionadas aos processos de acessibilidade, com vistas ao fortalecimento do acompanhamento institucional das ações desenvolvidas pela Comissão. **Reuniões Administrativas com o NAI:** foi deliberada a implantação de reuniões administrativas periódicas entre a Comissão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, inicialmente previstas para ocorrer quinzenalmente, objetivando maior integração entre os setores e acompanhamento sistemático das demandas institucionais. **O Que Ocorre: Projeto Escuta Ativa:** foi apresentado o Projeto Escuta Ativa, permanecendo o tema em aberto para definição posterior da metodologia de execução e dos responsáveis pela condução das atividades. A Comissão ressaltou a importância do projeto como instrumento de escuta institucional e acolhimento das demandas relacionadas à acessibilidade e inclusão. **Visitas Técnicas às Comarcas:** informou-se que a Comissão vem promovendo acompanhamento técnico das unidades judiciais do interior, mediante visitas presenciais e elaboração de relatórios sobre acessibilidade, visando ao diagnóstico das condições estruturais e ao acompanhamento das necessidades identificadas nas comarcas visitadas. **Fibromialgia – Condições Especiais de Trabalho:** debateu-se a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais voltadas aos servidores acometidos por fibromialgia, registrando-se que o teletrabalho permanece como principal medida atualmente adotada pelo Tribunal. Foram destacadas a necessidade de ampliação do debate institucional e a análise de outras medidas de apoio funcional e laboral. **Plano de Desenvolvimento de Acessibilidade – PDA:** tratou-se do acompanhamento do cumprimento do Plano de Desenvolvimento de Acessibilidade – PDA, permanecendo prevista futura apresentação de relatório atualizado acerca do andamento das ações e metas institucionais relacionadas à acessibilidade. **Levantamento de Servidores com Deficiência:** foi discutida a necessidade de levantamento atualizado do quantitativo de servidores com deficiência no âmbito do TJBA, objetivando subsidiar políticas institucionais de inclusão e acessibilidade. **Sustentação Oral por Advogados(as) Autistas:** foi debatida a elaboração de recomendação aos Presidentes das Câmaras do TJBA para possibilitar, sempre que possível, a realização da sustentação oral por advogados(as) autistas ao final das sessões de julgamento, considerando medidas de inclusão e adaptação razoável no âmbito das sessões colegiadas. **Deliberações e Encaminhamentos:**



aprovado o acompanhamento contínuo dos procedimentos administrativos relacionados às adequações estruturais de acessibilidade no prédio sede do Tribunal; mantido o acompanhamento e desenvolvimento do Projeto Escuta Ativa, permanecendo pendente definição final quanto à metodologia executiva e aos responsáveis pela condução das atividades; mantidas as tratativas administrativas relacionadas ao orçamento da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão; definida a continuidade do acompanhamento do Plano de Desenvolvimento de Acessibilidade – PDA; mantida a realização de levantamento institucional do quantitativo de servidores com deficiência no âmbito do TJBA; aprovada a elaboração de recomendação aos Presidentes das Câmaras do TJBA acerca da sustentação oral por advogados(as) autistas ao final das sessões de julgamento. A próxima reunião ordinária foi mantida para o dia 15 de junho de 2026, às 9h30. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, que será assinada pelo Presidente da Comissão.

Desembargador Rilton Góes Ribeiro
Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI.